

Quem tem medo de síntese?

Ensaio sobre a escrita de um gênero histórico proscrito

Recibido: 14/03/2023 | Revisado: 31/05/2023 | Aceptado: 13/06/2023
DOI: 10.17230/co-herencia.20.39.6

Jurandir Malerba*

jurandirmalerba1@gmail.com

Resumen Como gênero de escrita histórica, a síntese tem recebido sucessivos vetos e interdições desde o final da II Guerra Mundial. Aqui, sustenta-se o declínio da síntese em duas hipóteses: do ponto de vista teórico-institucional, a expansão da história social levou à adoção e proliferação de estudos de recorte monográfico; a partir dos anos 1960, o florescimento do pós-estruturalismo e seu sucedâneo, o pós-modernismo historiográfico. Após uma abordagem tópica dos fundamentos teóricos da síntese em algumas referências incontornáveis, argumenta-se em prol da viabilidade da síntese tanto como ferramenta imprescindível na oficina da história, como gênero historiográfico estratégico na comunicação com públicos ampliados, à luz da história pública.

* Professor Titular de História - UFRGS/Brasil. Pesquisador Pq CNPq.
ORCID: 0000-0001-7118-0182

Palabras clave:

Síntese histórica, escrita histórica, teoria da história, história da historiografia contemporânea, história pública.

Who's Afraid of Synthesis? Essay on the Writing of an Outcast Historical Genre

Abstract As a genre of historical writing, synthesis has received successive vetoes since the end of World War II. Here, the decline of the synthesis is supported on two hypotheses: from the theoretical-institutional point of view, the expansion of social history led to the adoption and dissemination of monographic studies; from the 1960s onwards, the emergence of poststructuralism and its successor, historiographical postmodernism. After a topical approach to the theoretical foundations of the synthesis in some unavoidable references, viability of the synthesis both as an essential tool in the history workshop and as a strategic historiographical genre in communicating with broader audiences is sustained under the light of public history.

Keywords:

Historical synthesis, historical writing, theory of history, history of contemporary historiography, public history.

¿Quién le teme a la síntesis? Ensayo sobre la escritura de un género histórico proscrito

Resumen Como género de escritura histórica, la síntesis ha recibido sucesivos vetos desde el final de la Segunda Guerra Mundial. Aquí, la decadencia de la síntesis se sustenta en dos hipótesis: desde el punto de vista teórico-institucional, la expansión de la historia social llevó a la adopción y difusión de estudios monográficos a partir de la década de 1960, con el surgimiento del posestructuralismo y su sucesor, el posmodernismo historiográfico. Luego de un acercamiento tópico a los fundamentos teóricos de la síntesis en algunas referencias ineludibles, se sustenta a la luz de la historia pública la viabilidad de la síntesis como herramienta imprescindible en el taller de historia y como género historiográfico estratégico en la comunicación con audiencias más amplias.

Palabras clave:

Síntesis histórica, escritura histórica, teoría de la historia, historia de la historiografía contemporánea, historia pública.

I.

La synthèse historique est démodée. Há algumas décadas que os sábios do tempo excomungaram a síntese do culto historiográfico. Narizes se torcem ao ouvir falar de síntese. Com aquele atraso protocolar de duas ou três décadas, o veto à síntese chegou dos Estados Unidos ao Brasil no começo dos anos 2010. Nessa época, um lampejo de discussão reiterando a decretação do fim das sínteses, a impossibilidade de se escrever sínteses, até mesmo, a desonestidade intelectual de se fazer uma síntese histórica ganhou pauta.¹ Longe pretender oferecer o “estado da arte” da discussão, o objetivo deste artigo é provocar, questionando esses vetos e interdições. Neste texto, escrito hereticamente sobre a forma de um ensaio (um gênero tão proscrito da oficina da história quanto o de “síntese!”), minha intenção é revolver um pouco da história do problema da síntese em história; particularmente, iluminar os argumentos contrários à sua

1 Cf. na América do Norte: Monkkonen (1986, pp. 1146-1157); McCullagh (1987, pp. 30-46); Ross (1995, pp. 651-677); Megill (2007, pp. 188-208); Pierson (1991, pp. 79-106). No Brasil, por exemplo: Pereira (2011, pp. 1-18); (Detoni, 2015. p. 185-207; Nicolazzi, 2016, p. 89-110. Agradeço a Luísa Rauter Pereira, Arthur A. Assis, Cristiano Arrais, Júlio Bentivoglio e Sérgio da Mata pela generosidade da leitura do manuscrito.

prática ou possibilidade e desconstruí-los. Um pouco de teoria da história diluída em história da historiografia.

Como provocação, assumindo o papel de advogado do diabo, pretendo defender a síntese histórica, situando o argumento em linha com um dos eixos da “história pública”, nomeadamente o da história engajada em disputar narrativas e na ampliação do público interessado. Isso porque um argumento desde sempre utilizado contra a possibilidade mesma da escrita de sínteses históricas tem sido o da alegada “perda de rigor” quando se escreve para grandes públicos, não especializados, cravando-se um (falso) antagonismo insuperável entre academia e mercado, como se verá à frente.

O problema sobre a mesa é o seguinte: as sínteses foram a base da formação da minha geração, obrigatórias para jovens historiadores universitários mundo afora. Estudei história moderna com o Pierre Chaunu de *A civilização da Europa das Luzes*; de Eric Hobsbawm, li a coleção inteira: *A era das revoluções, do capital, dos impérios, dos extremos*. E o que são *A sociedade feudal* de Marc Bloch, *A evolução do capitalismo*, de Maurice Dobb, *as Linhagens do Estado Absolutista* de Perry Anderson, a *História do Cristianismo*, de Ambrogio Donini, senão fantásticas sínteses de longos períodos históricos? Quem não passou pelos clássicos de Tulio Halperin-Donghi, tanto a *História contemporânea de América Latina*, quanto sua *Histórica da América Latina*? Ou a *Histórica econômica da América Latina*, de Ciro Cardoso e Héctor Perez Brignoli?²

O mesmo vale para o Brasil: como melhor definir as obras clássicas de Caio Prado Jr *Formação do Brasil Contemporâneo*, o magistral volume 5 da *História Geral da civilização Brasileira*, intitulado *Do Império à República*, todo ele escrito por Sérgio Buarque de Holanda; *Os donos do Poder*, de Raimundo Faoro, *A cultura Brasileira* de Fernando Azevedo, *O povo brasileiro* de Darcy Ribeiro, a *Formação Política do Brasil* de Paula Beiguelmann, *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado, e outros clássicos da historiografia que compõe o pensamento social

2 Cf. Chaunu (1985); Hobsbawm (2010, 2011a, 2011b, 2014); Bloch (1979); Dobb (1976); Anderson (1976); Donini (1980); Halperin-Donghi (2008a, 2008b); Cardoso & Brignoli (1983). Também: Barman (1989); Colley (1992).

brasileiro senão obras de síntese?³ Também podemos ir ao século XIX para encontrá-las. A *História da Independência*, última parte publicada separadamente da *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo Varnhagen, pode ser definida uma síntese.⁴

Mas aí, no espaço de uma geração, da minha graduação para cá, as sínteses foram perdendo prestígio, saíram de moda, passaram mesmo a ser proscritas da formação de jovens historiadores e do debate acadêmico em geral. Por quê?

Vou sustentar minha análise sobre o declínio da síntese em duas hipóteses intimamente conectadas, que passam por dois fenômenos: primeiro, do ponto de vista teórico-institucional, sobretudo no pós-II Guerra, a expansão da história social levou à adoção e proliferação de estudos de recorte monográfico. Curso próprio de todos os ramos da ciência, quanto mais especializada, a história científica, acadêmica, passou a operar com recortes temáticos, temporais e espaciais cada vez mais reduzidos, estimulando a produção de estudos monográficos. Mas até meados do século XX, grandes teses acadêmicas eram ainda escritas em forma de síntese. Na França, lembremos o Braudel de *Civilização Material, economia e Capitalismo, sec. XV-XVIII* (mas também de *A identidade da França*). Nos Estados Unidos, muitos já apontaram para a centralidade das grandes sínteses *a la* Frederick Jackson Turner e, em especial, de Charles Austin Beard e Mary R. Beard: *History of the United States* (1921) e *The Rise of American Civilization* (1927), que tiveram dezenas de edições e literalmente milhões de exemplares vendidos.⁵

No pós-II Guerra, a amplificação do debate teórico-metodológico em vertentes plurais – como a *History of ideas* de Arthur Lovejoy ou a filosofia analítica da história, pelos herdeiros intelectuais de Robin G. Collingwood – começou a impor o veto e o deslocamento

3 Cf. Prado Júnior (1983); Holanda (1985); Faoro (1987); Furtado (1986); Azevedo (1958); Beiguelman (1976); Ribeiro (1995).

4 Cf. Varnhagen (s. d./a). A tradição crítica da obra de Varnhagen, que começou com Capistrano de Abreu, é imensa. Cf. Abreu (1976); Wehling (1999, pp. 195-220); Rodrigues (1982, pp. 191-225); Reis (1999, pp. 23-50); Iglésias (2000); Odália (1997, p. 31 e ss.); Cezar (2018).

5 Cf. Braudel (1995, 1986); Beard & Beard (1921, 1927). Howard Beale estimou que, entre edições e traduções, Beard vendeu mais de 12 milhões de cópias apenas ao longo de sua vida! Cf. Beale (1951, pp. 310-312).

das grandes sínteses nos EE .UU. ⁶ A objeção à síntese ganhou novos contornos a partir dos anos 1960, como o florescimento do pós-estruturalismo e seu sucedâneo, o pós-modernismo historiográfico. Tudo isso dará corpo a este ensaio. Antes de analisar o argumento do veto à síntese sustentado por esses movimentos mais contemporâneos, porém, caberá uma evocação tópica dos fundamentos teóricos da síntese em algumas referências incontornáveis, com o objetivo de iluminar as questões centrais que a atravessam, mais do que oferecer qualquer balanço sistemático da bibliografia.

II.

Os primeiros grandes sucessos editoriais no campo da história foram histórias mundiais ou universais, muitas escritas por autores leigos. As sínteses históricas sempre tiveram muito prestígio de público mundo afora. Não será necessário voltar às primeiras tentativas modernas de síntese histórica, que remontam às *Weltgeschichten*, as histórias universais do final do século XVIII a Hegel⁷ – ainda que essas histórias filosóficas, inescapavelmente eurocêntricas, fossem abstrações sem qualquer lastro empírico, elas procuravam restituir o sentido histórico da humanidade por meio de uma síntese. Baste assinalar que o tema da síntese (ou das “operações sintéticas”) foi constitutivo da tradição da *Historik* desde o início do século XIX. No célebre “Idee der Universalhistorie”, Leopold von Ranke demarca os dois fatores que mais importam na reflexão sobre a síntese histórica: a busca do estabelecimento de nexos causais e a compreensão da totalidade (2010, pp. 141-153).

No clássico “A tarefa do Historiador”, Wilhelm von Humboldt exalta a importância da síntese na produção de sentido do passado como história pelo historiador, destacando seu papel ativo, criador. Conforme salienta Pedro Caldas, para Humboldt, o estudo da História abre a um conhecimento inalcançável por meio da Filosofia e da poesia, a saber, o sentido para a realidade (Humboldt, 2010, pp. 71-82). Contudo, tal sentido não se confunde com uma

6 Boucher, 1997; Butler, 2012; Grafton, 2006; Iggers, 2005; Macksey, 2002; Randall, 1963

7 Cf. Iggers (1962, pp. 17-40); Sachsenmaier (2007, pp. 465-489); Reill (1994, pp. 345-366); Callinicos (1995).

objetividade ingênua e descritiva: diante do fluxo caótico do devir, cabe ao historiador identificar formas e sua grande ferramenta é a imaginação. Comparando a atividade do historiador e a do poeta, afirma Humboldt:

De um modo diverso do poeta, mas ainda assim guardando semelhanças com ele, o historiador precisa compor um todo a partir de um conjunto de fragmentos. [...] o historiador subordina a fantasia à experiência e à investigação da realidade. Subordinada, a fantasia não age livremente, razão pela qual é melhor denominá-la “faculdade de intuição” e “dom de estabelecer conexões”. [...] O historiador também deve buscar o necessário e, ao contrário do poeta, não deve submeter o elemento material ao domínio da necessidade, mas sim às ideias que lhe servem de leis e se preservaram incorruptíveis no espírito (Humboldt, 2010, p. 82).

Por suposto, o que está obsoleto na formulação de Humboldt é a pressuposição de que haveria uma única verdade a ser desvelada pelo historiador, aquela que ainda se oculta por trás dos dados materiais visíveis. Mas, no que toca à síntese, o princípio geral de seu pensamento permanece de pé. À diferença de que não cabe ao historiador revelar um princípio oculto da história na forma de lei, mas propor, formular explicitamente esse princípio teórico que estabelecerá as conexões – narrativas – dos acontecimentos que manejou inserir no seu texto.⁸

Em sua *Historik*, Johann Gustav Droysen foi taxativo sobre a centralidade da síntese para o entendimento da história, ao nos lembrar que não podemos restituir, nem explicar fatos históricos: “o fato que nós denominamos batalha, congresso ou concílio, grande tratado de paz não é de forma alguma um fato, mas, antes, uma abstração pela qual a consideração humana resume uma quantidade de fatos”:

[...] se fossem colocados juntos todos os documentos que podem ser encontrados, todos os tratados e as correspondências da época napoleônica, não se obteria nem mesmo uma imagem fotograficamente correta dessa

8 A analogia entre o historiador e o poeta, e a força das operações imaginativas que diferenciam as ciências do espírito, está presente também em Ranke (2010): “A história distingue-se de todas as outras ciências por ser também uma arte. A história é uma ciência ao coletar, buscar, investigar; ela é uma arte porque recria e retrata aquilo que encontrou e reconheceu. Outras ciências satisfazem-se simplesmente registrando o que foi encontrado; a história requer a habilidade para recriar” (2010, p. 141).

época; o que se encontra nos arquivos não é a história, mas são os negócios do Estado e da administração em sua extensão desoladora, os quais são incapazes de reconstituir a história, tal como algumas manchas de cores sobre uma paleta não fazem um quadro (Droysen, 1977, *apud* Loriga, 2012, p. 253).

Podemos tributar a Humboldt a percepção da centralidade da relação parte/todo, princípio do próprio círculo hermenêutico. Não importa se o objeto da investigação seja uma teia de eventos ou a narrativa de um fato singular. Para o filósofo alemão, cabe ao historiador expor cada evento como parte de um todo, ou, “o que é a mesma coisa, a cada evento dar a forma de História”. E essa “forma” acabará sendo a de uma síntese histórica. O historiador realizará essa tarefa tornando visível o eixo de sentido em torno do qual os fatos serão agrupados, de modo a, com eles, nessa organização teoricamente antecipada, oferecer uma compreensão do passado como história: “Assim como a artística, a exposição histórica é uma imitação da natureza. O fundamento de ambas é o conhecimento da forma verdadeira, a descoberta do necessário e a eliminação do contingente” (Humboldt, 2010, p. 87).⁹ O que avançamos desde Droysen é que esse “eixo de sentido” não está inscrito no curso da história como ideia, espírito, desígnio, força, alma, mão invisível; antes, é oferecido pelo historiador como princípio teórico organizador da matéria e da narrativa históricas.¹⁰

9 Weber redefinirá essa questão 80 anos depois. Quais os critérios para se definir o que é necessário e o que é contingente? Embora com importantes nuances, para Weber e outros neokantianos, essa decisão assenta num quadro de valores. Mas não é só uma questão ética. Quando o historiador consegue articular organicamente os dados empíricos à uma arquitetura teórica coerente, vertebrada numa forma narrativa, consegue ir além dos pressupostos axiológicos; consegue sustentar de maneira argumentada a história que desvela e narra. Em largas pinceladas, as nuances residem em que, para Droysen e Hegel, o “contingente” é aquele que se observa no processo histórico real; por sua vez Weber, seguindo Rickert, está metahistoricamente interessado nos critérios de *relevância* que permitem ao historiador distinguir o “mais decisivo” do “menos decisivo” no processo de explicação histórica – o critério último seriam valores teóricos, e não juízos de valor ético propriamente. Agradeço a Sérgio da Mata pela observação dessas importantes nuances.

10 Em Droysen, a prática historiográfica se descola de postulados substantivos acerca do curso da História, não obstante tais postulados integrem a concepção de História de Droysen, por exemplo, no entendimento hegeliano da história como processo de realização da liberdade ou na tese místico-religiosa de que a história é o caminho pelo qual a humanidade retorna a Deus. Agradeço a Arthur Assis pela observação desse importante nuance. Cf. Assis (2022).

Em sua inacabada *História da Civilização na Inglaterra*, Henry Thomas Buckle lançou fundamentos da produção histórica que se discutem até hoje. Ressalta dois avanços espetaculares na pesquisa no campo, em particular em áreas que depois viriam a se chamar de “história serial”, e o desenvolvimento significativo das metodologias apropriadas para trabalhar questões como o crescimento da população e da riqueza, flutuações de emprego e renda, preço das mercadorias, questões demográficas (casamentos, mortalidade, nascimentos) etc. Porém, por outro lado, ponderava Buckle, o que se ganhou em volume de conhecimento de dados faltou avançar na capacidade de estabelecer conexões, fazer generalizações (que, na linguagem da época, significava “descobrir as leis”):

A infeliz peculiaridade da história do homem é que, embora suas partes separadas tenham sido examinadas com considerável habilidade, dificilmente alguém tentou combiná-las em um todo e verificar a maneira pela qual elas estão conectadas umas com as outras. Em todos os outros grandes campos de investigação, a necessidade de generalização é universalmente admitida, e nobres esforços estão sendo feitos para emergir de fatos particulares a fim de descobrir as leis pelas quais esses fatos são governados. Até agora, entretanto, está longe de ser o curso usual dos historiadores, que entre eles prevalece uma estranha ideia de que sua tarefa é apenas relatar eventos, que eles podem ocasionalmente animar por reflexões morais e políticas que pareçam úteis (Buckle, 1903, v. 1, p. 3).¹¹

A discussão sobre a função da história, se avançar no conhecimento do específico, do detalhado, do verificado documentalmente, ou buscar a compreensão dos processos históricos filosoficamente, esteve presente desde sempre na historiografia norte-americana. No discurso presidencial proferido na sessão de fundação da *American Historical Association* em 1884 por Andrew D. White, o primeiro presidente da AHA afirmou:

11 Para demonstrar que a questão interessava não apenas a franceses e alemães, o professor de história europeia na Universidade de Nebraska Fred Morrow Fling, autor de alguns livros sobre o método, publicou um artigo na AHR onde sistematiza vetores importantes da síntese histórica. O foco da discussão era o caráter da ciência histórica e a natureza de seu método: se devia importar o método geral das ciências da natureza ou desenvolver um próprio, que desse conta das peculiaridades do “espírito humano”. Enfim, estamos aqui no terreno em que Dilthey propôs a hermenêutica como método próprio para as *Geisteswissenschaften*. Cf. Fling (1903, pp. 1-22).

Ao mesmo tempo em que reconhecemos o grande valor das investigações específicas [...] para o conhecimento histórico dentro das nações individualmente, não é exagero dizer que o mais alto esforço e o mais nobre resultado em direção às quais estas investigações históricas específicas levam é a síntese filosófica de todos os resultados específicos dentro de um grande espírito, amante da verdade e da justiça” (*apud* Beard, 2013 [1935], p. 344)

III.

No contexto de uma sempre proclamada “crise do historicismo”, o nome de Henri Berr marcou a história da teoria na França. Aquele ambiente intelectual não cabe nesta reflexão. Que baste dizer que a chave da proposta de Berr para salvar a história de sua perpétua crise foi a “síntese histórica”. Por meio de uma abordagem sintética – empírica e teórica, mas também ecumênica – das questões históricas e sociais, Berr esperava oferecer uma alternativa tanto às aspirações imperialistas da sociologia durkheimiana, quanto à abordagem anti teórica de *la méthode historique*, as duas grandes forças no campo intelectual francês dos primeiros anos do século xx.

A ideia de síntese histórica de Berr teve desdobramentos verdadeiramente revolucionários para a relação entre a história e as numerosas novas ciências sociais, particularmente a sociologia, que Berr via com cauteloso respeito. Embora sem dúvida considerasse a história e a psicologia as duas ciências sociais mais centrais, ele reconheceu as realizações da escola durkheimiana em desafiar as ortodoxias intelectuais. Marginal no sistema universitário, onde nunca conseguiu entrar, Berr criou seus próprios lugares institucionais, o principal deles a *Revue de Synthèse Historique*, que publicou a nata da teoria da história da época, nomes como Emile Boutroux, Paul Lacombe, André Xenopol, Durkheim, Fustel de Coulanges, Heinrich Rickert, Benedetto Croce e François Simiand.¹² Berr não pensava a síntese como um método, mas interessavam-lhe os termos dessa teoria da síntese e sua relevância para todas as ciências humanas.

Seus parâmetros conceituais foram definidos no famoso livro de 1911, *La Synthèse en Histoire*, onde se distinguem dois tipos de síntese histórica: a erudita e a científica. Simplificando muito

12 Cf. Siegel (1970); Stoianovich (1976); Biard *et al.* (1997).

seu pensamento, cada obra individual de história representava uma síntese parcial dos fatos disponíveis e uma síntese histórica mais ampla seria possibilitada pelo processo sistemático de revisão e correção; a construção de um conhecimento histórico verdadeiramente científico era considerada um processo cumulativo. As possibilidades de síntese histórica erudita seriam infinitas; o material histórico disponível, intransponível em sua totalidade. Para Berr, as operações de análise e síntese são logicamente inseparáveis e sempre uma ou outra domina na escrita histórica. No entanto, Berr avança ao entender a síntese não como um “efeito colateral” da filosofia da história, mas, ao contrário, como o amadurecimento lógico da “verdadeira ciência”: “A síntese histórica deve ser ciência [argumentou ele], ciência verdadeira e completa. É exatamente isso que se quer dizer com a palavra síntese; isso implica que começamos com a análise e a superamos” (Berr, 1911, p. 23).¹³

IV.

Dando um salto tigrino no tempo, foi a partir dos anos 1960 que a própria a escrita de sínteses históricas passou a ser fortemente questionada. Sínteses, por definição, pressupõem uma abordagem do social ancorada em algum conceito de “totalidade”.¹⁴ As generalizações que as sínteses tradicionais ofereciam, ancoradas em conceitos problemáticos de totalidade como de *Zeitgeist* ou de “cultura nacional”, passaram a ser questionadas em favor de abordagens em escala reduzida.¹⁵

Ao mesmo tempo, no torvelinho da revolução cultural dos anos 1960, balizada pelas teorias do poder propostas por Foucault e alimentadas pelos movimentos por direitos civis (movimento negro, antirracista e feminista, a que logo se agregou o conjunto de reivindicações LGBTQ e ambientalistas), sujeitos ou grupos até então negligenciados ou ativamente excluídos foram imediatamente assimilados na pauta historiográfica. O fato, estudado por teóricos como Carlos Aguirre Rojas (1998) e Georg Iggers (2005, 2008), é

13 As traduções dos textos em inglês e francês são de minha responsabilidade.

14 O assunto é inesgotável. Um bom balanço das questões em Grumley (2016). Uma reflexão mais pontual em Kaye (1979, pp. 405-419)

15 Uma introdução em Aguirre Rojas (2011); também: Malerba (2009).

que, na esteira de Foucault, o ano de 1968 simbolizaria a queda da “episteme” vigente desde o final do século XIX.¹⁶

Do ponto de vista da institucionalização da produção do conhecimento, a tal nova episteme se caracterizava pela compartimentalização dos saberes disciplinares, saberes parcelados, atomizados e baseados na radical especialização, renegando-se relevância a estruturas sociais ou qualquer corte abordável teoricamente como uma totalidade de sentido.¹⁷ Claramente visível no cenário historiográfico europeu e norte-americano, esse movimento implicou na multiplicação da variedade de histórias (da *história em migalhas*, como chamou François Dosse (1994), ou a “fragmentação” saudada por Allan Megill,¹⁸ a ponto de muitos reclamarem a impossibilidade e mesmo se declarar uma interdição sumária à escrita de qualquer empreendimento de caráter sintético, como as histórias nacionais.

E, não sem alguma ironia, a perspectiva nacional ditou o ritmo do turbilhão de histórias que os historiadores e historiadoras produziram a partir dos anos 1970: histórias de trabalhadores e trabalhadoras, seja na fábrica, nas comunidades ou no ambiente privado; histórias das mulheres, na vida privada ou no espaço público, assim como das relações de gênero; histórias de afrodescendentes (seja na escravidão ou no pós-abolição); histórias dos “deslocados” da história, de judeus, japoneses, chineses, árabes, e outras minorias étnicas migradas; sujeitos “nas fímbrias” ou às margens da sociedade letrada e industrial (prostitutas, loucos, bruxas) e assim sucessivamente (Bender, 2002, pp. 129-153; especialmente, p. 130 e ss.).

Esse movimento foi tão forte a ponto de não poucos especialistas considerarem, por volta do final dos anos 1980 (principalmente no cenário estadunidense), que as histórias nacionais tinham desaparecido para sempre, sepultadas pelos estudos monográficos,

16 Para uma abordagem crítica ao presentismo de Hartog, cf. Lorenz (2019, pp. 23-42); também: Bouton (2019, pp. 309-330); Simon (2016). Tratei do assunto em Malerba (2006, pp. 63-90).

17 Tratei do assunto em Malerba (2008, pp. 19-55).

18 Cf. Megill (1991, pp. 693-698). Não há espaço para desenvolver aqui, mas dentro desse movimento amplificado pelos estudos monográficos a partir dos anos 1960 ganha muito destaque a então chamada “nova história cultural”. Cf. Iggers (1995); Malerba (2009).

altamente especializados, sobre aqueles grupos sociais! Assim também se deu no Brasil, onde esse movimento de especialização coincide a expansão do campo por meio da oferta crescente de programas de pós-graduação¹⁹ e a consequente expansão sem precedentes do número de profissionais de história.

A vertiginosa especialização derivou, em parte, do impacto de uma história social que fundia esse foco baseado em grupos específicos com compromissos e pautas político-ideológicas de movimentos sociais de classe e identitários, não exclusivamente acadêmicos. Nessa abordagem e nos padrões de escrita a ela afeitos, a integração de tantas histórias particulares em algum tipo de síntese se tornou, mais que complexa, quase indesejável. Ironicamente, os historiadores sociais levantaram as primeiras críticas a essa nova história social crivada de novos sujeitos e demandas, e começaram já nos anos 1980 a reclamar propostas capazes de integrar, numa mesma abordagem, marcadores de classe, étnicos, raciais e de gênero. Nos Estados Unidos, quatro décadas atrás, em 1981, em um artigo chamado “The Missing Synthesis: Whatever Happened to History”, publicado na revista *The Nation*, o historiador social do trabalho e da escravidão Herbert Gutman questionava a esconjuração das grandes sínteses e clamava em favor de uma história social inclusiva, capaz de pensar a história como uma totalidade e ao mesmo tempo reconhecer os cortes de classe, étnico, racial e de gênero (Gutman, 1981, pp. 552-554).²⁰ O embates entre defensores e detratores da síntese histórica fizeram ruído nos circuitos acadêmicos nos anos 1980.

V.

Uma referência desse debate nos anos 1980 foi Thomas Bender, autor de um artigo seminal intitulado “Wholes and Parts: The Need for Synthesis in American History”, que gerou réplicas e tréplicas contundentes. Nesse artigo, Bender (1986) identificou vários

19 Cf. Fico *et al.* (2018).

20 O ex-presidente da American Historical Association Bernard Bailyn, muito distante da agenda política e historiográfica de Gutman, não obstante compartilhava com ele preocupações similares no que respeita à síntese histórica, como expressou em seu discurso presidencial da AHA. Cf. Bailyn (1982, pp. 1-24); também: Foner (1981, pp. 723-726).

desenvolvimentos interrelacionados que levaram os historiadores americanos a abandonar empreendimentos sintéticos como o clássico *The Rise of American Civilization*, de Charles e Mary Beard, em favor de explorações mais especializadas da “cultura de grupos na sociedade americana”, definidos por ocupações, lugares, gênero, raça e etnia, família e classe. Ele sugere que uma consequência dessa mudança foi que a história perdeu muito de seu público mais amplo, juntamente com seu lugar central na cultura da nação. E instava pela produção de novas narrativas sintéticas que elaborassem tramas baseadas na história da “criação da cultura pública”. A história se voltaria à luta entre culturas e interesses e a mudança dos espaços públicos criados a partir dessas lutas. Esse texto gerou um imenso debate, a ponto da mesma revista que o publicou abrir uma mesa-redonda para discuti-lo no ano seguinte.²¹ O posicionamento crítico mais radical reverbera a onda pós-moderna da época, com ênfase na ideia da representação histórica como construção linguística desreferencializada, onde o discurso é instrumento de poder (como destacarei à frente na análise de Robert Berkhofer Jr.). Na mesa-redonda em questão, depois de problematizar o conceito de “arena pública” proposto no texto criticado, Richard W. Fox refere a uma limitação epistemológica do argumento de Bender, atinente à linguagem e textos:

Acho que seu artigo subestima a dificuldade de produzir obras sintéticas quando tantos historiadores, como seus colegas de outras ciências humanas, estão reavaliando o caráter do discurso acadêmico. [...] Não apenas mais e mais estudiosos assumem que a realidade é “construída”, em oposição a “descoberta”. Cada vez mais escritores em nossa era pós-moderna e pós-estruturalista se perguntam se faz sentido tentar decifrar uma realidade externa independente. Em uma época de tal inquietação intelectual, muitos escritores hesitam em buscar sínteses narrativas abrangentes. De fato, não há razão para que a sofisticação teórica sobre o conhecimento histórico precise minar a síntese. Mas uma síntese persuasiva exigirá uma voz autoral autoconsciente sobre sua própria relação com o passado que interpreta e com o texto que cria (Fox, 1987, p. 115).

21 Bender, 1987; Fox, 1987; Painter, 1987; Thelen, 1987

A contribuição mais profícua dessa mesa é a de Roy Rosenzweig, precursor nos debates sobre história popular e história digital. Rosenzweig prescinde desses alegados imperativos dos fundamentos discursivos da história, para prestar atenção na relação entre escritor de história e público. Para Rosenzweig, a questão que motiva Bender é pensar uma solução para a “crise da história”, que é sua incapacidade de alcançar públicos amplos, já que os historiadores escrevem só para seus pares:

Assim, ao considerar o problema da história e de seu público, precisamos pensar nos dois lados da equação, na produção histórica e no consumo histórico. Quem estamos tentando alcançar e por quê? O que estamos tentando dizer a eles? Em que voz e de que forma (por exemplo, impressão, filme, exibição) estamos tentando falar? Assim como pode não haver uma síntese histórica única, provavelmente não existe um único público histórico e nem um único meio de atingir essa multiplicidade de públicos históricos. De fato, o problema de criar uma síntese histórica está intimamente ligado à identificação de um público histórico específico para o qual essa síntese deve ser criada (Rosenzweig, 1987, p. 121).

Uma peça importante nesse debate foi o chamado contra a síntese feito por Eric Monkonnen, em 1986, que via a escrita voltada a grandes públicos como uma espécie de prostituição dos historiadores acadêmicos, que são financiados por gordas bolsas, beneficiários de grandes salários e que deveriam ter como meta apenas avançar a pesquisa, jamais se preocupar com o público. Para Monkonnen, a expansão vertiginosa da produção acadêmica tornara impossível lidar com toda produção, razão pela qual sínteses tornaram-se inviáveis. Mais que isso, “a profissão (de historiador) pode sobreviver sem elas” (1986, p. 1146), mas não sem a pesquisa de ponta publicada em artigos científicos e monografias. Cabe contestar que tal entendimento de síntese como o “domínio de tudo”, de toda produção, da síntese como questão de tratamento quantitativo, é tão equivocada como o entendimento de que a síntese pressupõe a “revelação” ou decifração” de uma lógica inscrita no “curso do tempo”; também é facilmente questionável seu argumento que concebe a produção de conteúdo

histórico exclusivamente no mundo acadêmico, sem considerar tanto a demanda externa a ele como a produção historiográfica de pessoas alheias ao ambiente acadêmico. De lá para cá, houve uma mudança profunda do campo, de que a história pública é a maior expressão.

O obstáculo para a produção de sínteses, então, estaria na questão da superprodução de estudos locais, resultados fragmentados, particularistas, empíricos, que, segundo os críticos como Monkonnem, produziriam uma cacofonia inibidora da síntese. Numa palavra, haveria muita história hiper especializada sendo produzida para pouco público leitor. Ele rebate as críticas, mas a partir de uma visão maniqueísta e corporativista, segundo a qual aceitar a síntese representa uma ameaça à pesquisa monográfica:

O estridente chamado [à síntese] iniciado no começo dos anos 1980 ecoou forte. Editores de livros de história devem estar ansiosos em busca dessas novas narrativas. Dada a força desses chamados à síntese, um historiador tem que ser obtuso ou muito idiossincrático para embarcar agora num projeto de pesquisa cuidadosamente delimitado, empírico, analítico e, especialmente, qualitativo (Monkonnen, 1986, p. 1148).

Esse maniqueísmo – ou pesquisa monográfica ou síntese – não se sustenta, antes de tudo porque a pesquisa monográfica não pode prescindir da síntese, entendida como instrumento cognitivo e estratégia narrativa. Tomando uma posição defensiva, Monkonnem equaciona as coisas em termos de academia *versus* mercado: atingir um público amplo implicaria inevitavelmente num interesse material (supostamente ilegítimo!) por parte do historiador, de vender livros e ganhar dinheiro, necessariamente renunciando ao rigor da academia:

A nova bandeira para a qual nossa profissão parece desenhada, brasonada de holismo, síntese e apelo de clube-do-livro-do-mês, pode atrair amplas audiências, embora eu questione se vendas (pois essa é a tradução de “amplo apelo”) é o que devemos desejar. Universidades e agências de financiamento de pesquisa subsidiam nosso trabalho melhor do que podemos admitir: a maioria dos professores tem de dois a quatro meses por ano para fazer pesquisa. Porque essas escolas e fundações deveriam apoiar autores a escreverem best-sellers? Nossa reivindicação por financiamento para pesquisa é legítima porque nosso trabalho conta para o conhecimento, e essa contribuição não é geralmente vendida no mercado nem próximo ao seu custo de produção (Monkonnen, 1986, p. 1148).

Mas um mínimo conhecimento do mercado editorial de história demonstra com sobras que, ao prescindirmos do grande público, esse nicho continuará a existir. Na cena historiográfica brasileira, a não considerarmos uns poucos historiadores autodidatas do quilate de Pedro Dória, Elio Gaspari, Laurentino Gomes e Lira Neto (para não mencionar outros de pleno reconhecimento da academia como Alberto da Costa e Silva e Evaldo Cabral de Mello), esse nicho será ocupado, na melhor das hipóteses, por diletantes oportunistas; na pior, por intelectuais orgânicos engajados.²² Na equação de Monkonnen, só o estudo monográfico agrega à produção do conhecimento. Ainda, ele despreza totalmente a recepção como fundamento da matriz historiográfica, como ensina Rüsen: a demanda social por história como instrumento de orientação das pessoas para agir no tempo (2001, p. 39 e ss.).

Aqui entra o ataque contra Bender, que afirma a alta qualidade dos trabalhos de Charles e Mary Beard. Monkonnen argumenta que os livros dos Beard, embora sucessos de venda, nada teriam agregado à pesquisa. Esse argumento negligencia tudo que está fora da pesquisa, ou seja, o mundo, as disputas, a política, os usos do passado, a constituição de culturas históricas, de consciência histórica, enfim, tudo aquilo que é feito à revelia da e impacta decisivamente na pesquisa. Ora, estima-se que os Beard venderam literalmente milhões de livros e, assim, foram um elemento central da cultura e da identidade americanas em meados do século xx (Drake, 2014, pp. 313-322). Mas isso nada valeria para Monkonnen, para quem “Popular syntheses must resemble textbooks, and, as such, they cannot foster research”. Como se o único fim da produção histórica fosse incrementar a pesquisa:

Vamos torcer para que não tenhamos que sacrificar os padrões de exigência que a profissão alcançou em favor de uma nova era de sínteses voltadas ao consumo popular (“popularly oriented synthesis”), as quais seja por meio encerramento narrativo ou ignorância acadêmica, deterão ou atrasarão novos campos de pesquisa (Monkkonen, 1986, p. 1156).

22 Como o grupo ultradireitista Brasil Paralelo, que produz conteúdo histórico para as redes sociais, muito popular no Brasil, cf. Bonsanto (2021); Klem *et al.* (2020); Rocha (2021).

VI.

As contestações à síntese histórica como a de Monkonnem ganharam força nos anos 1990. Entre aquelas mais bem estruturadas encontra-se a do eminente filósofo Allan Megill em “Fragmentation and the Future of Historiography”, publicado na AHR em 1991 (pp. 693-698). Megill sente-se perfeitamente confortável diante de sua conclusão da impossibilidade de superar a fragmentação ou de qualquer tentativa de se restaurar a síntese. De uma perspectiva notoriamente foucaultiana, pede precaução: “todos os apelos por síntese são tentativas de impor uma interpretação”. Haveria de indagar ao notável teórico se qualquer estudo monográfico pode prescindir da interpretação e se, no grande auditório argumentativo chamado “historiografia”, as historiadoras e historiadores fazem outra coisa senão tentar impor sua interpretação pela força do melhor argumento. Diferentemente de Monkonnem, porém, Megill firma a impossibilidade mesma de síntese por força da “competência disciplinar”, que, por meio da identidade profissional, assegura estabilidade aos profissionais de história. Tanto a questão da “autonomia” da categoria profissional dos historiadores, quanto sua capacidade de produzir “sínteses” constituíram a identidade desses profissionais desde a constituição do campo disciplinar. Por isso, esse nosso apego às “sínteses”. O que devemos convir tratar-se de um argumento sociológico bem frágil, externo ao debate teórico mesmo.

A contribuição decisiva do texto de Megill gira em torno do que ele chama de *grand narrative*. Ele afirma que, a partir da II guerra Mundial, os historiadores teriam se tornado menos presos a seu compromisso com a *grand narrative* porque, embora acreditando que ela exista, passou-se a entendê-la como um ideal, que jamais poderia ser alcançada, a tal ponto que toda síntese caíra em descrédito. Um primeiro reparo é que Megill nivela *grand narrative* e síntese, sem conceber que a síntese, antes de uma modalidade de escrita, de uma busca ingênua por uma história universal, é uma operação cognitiva que entra na operação historiográfica de várias maneiras e da qual quem escreve história não pode prescindir.

Megill também propõe que no início dos anos 1990 vivíamos uma nova fase, “pós-profissional”, na qual a visão dominante

vai rejeitar totalmente a *grand narrative*. E louva autores que não atribuem valor positivo (nem negativo) à “autonomia” ou à “síntese”, por serem autores que não têm a pretensão de contar “the full story”. Na construção de seu argumento, fica patente a distorção conceitual de que “síntese” equivaleria a “toda a história”. Porém, nenhuma síntese jamais vai contar toda história... A síntese opera para organizar narrativamente, por meio da seleção de elementos factuais e interpretativos, a composição formal de um enredo em torno de um eixo teórico aglutinador, uma estória de longo alento plausível e atual, no sentido de atender às inquietações do tempo e lugar em que foi produzida – e à demanda de um público particular. Constatamos que os vetos à síntese histórica partem de entendimentos muito vagos e diferentes do conceito. Síntese não tem a ver com “buscar leis gerais” para a construção de uma história universal, como ocasionalmente se pretendeu no século XIX; nem tão pouco se equivale à “história geral” ou “nacional”; nem a qualquer procedimento ingênuo de generalização; antes, até quando considerarmos a história como campo de conhecimento, a síntese nos serve para promover o entendimento de um período ou processo históricos por meio da articulação narrativa de conexões entre eventos definidos como importantes, ou determinantes, para a construção de um argumento, a partir de uma declarada régua de valores! De modo que o debate ganhará em qualidade quando percebermos a síntese como um procedimento da operação histórica, que obedeça às regras da pesquisa histórica e no qual age a imaginação histórica e se efetiva a interpretação, o momento criativo e mais importante do trabalho do historiador.²³

Por outro lado, Megill trata da “fragmentação” como um fenômeno histórico, uma característica da organização da cultura ocidental contemporânea, mas não a considera do ponto de vista da especialização profissional, que é anterior e, talvez, mais importante. A fragmentação de objetos de estudos, em todos os campos de investigação científica, como tendência mesma dentro da constituição das ciências em seus ambientes profissionais precípuos:

23 Entendimento assentado desde os grandes manuais do final do século XIX, como os de Langlois e Seignobos (1946) e Bernheim. Cf. Assis (2015, pp. 111-112).

universidades e centros de pesquisa. É aposta na fragmentação como instrumento político de inclusão:

Se a transformação sociológica da academia continuar (e estou inclinado a pensar que ela irá), o velho modelo de consenso vai enfrentar dificuldades. Numa tal situação, a unidade no nível substantivo – a unidade fornecida pela narrativa de uma estória única – só servirá para causar exclusão. Do mesmo modo, quando as disciplinas se tornarem fragmentadas e quando os cortes transversais entre elas começarem a ganhar vida própria, a unidade no âmbito metodológico desaparece. Talvez o único modo de manter unido o que uma vez já foi tido como um empreendimento unificado seria por meio de uma atenção sustentada às histórias, sociologias e retóricas dos estudos históricos – ou seja, examinando precisamente as diversidades que a historiografia tem elidido desde o início (Megill, 1991, p. 697).

Os pressupostos de Megill e de outros pós-modernos como Robert Berkhofer Jr., contrários a perspectivas teoricamente sintéticas, orientadas por alguma noção de totalidade, e em favor da “pluralidade de vozes” e de “conflito de perspectivas”, fizeram escola nos anos 1990 (Dick, 2018; McCullagh, 1987).

VII.

O debate entre aqueles como Gutman e Thomas Bender, para quem não se deveria abrir mão de sínteses históricas, e para seus opositores, como Megill ou Monkonnens, para quem as sínteses não apenas seriam impossíveis, mas até mesmo deletérias, girou, entre outros elementos, em torno da suposta falta de rigor inerente à síntese, que teria sido praticada, ao fim e ao cabo, por historiadores amadores com o intuito de alcançar grandes audiências por motivações pecuniárias, em prejuízo da qualidade e da exatidão. O temor residiria, por suposto, na alegação de que, por definição, qualquer síntese acabaria novamente excluindo grupos e temas que, recentemente e a muito custo, tinham conquistado lugar na história social. E esses grupos seriam novamente excluídos porque a síntese, *per se*, inevitavelmente iria restituir um tipo de *master narrative*, produzida por homens velhos brancos de elite.²⁴

²⁴ Não há consenso sobre a diferença entre *grand narrative* e *master narrative*. Dorothy Ross (1995) usa o termo *grand narrative* como “a estória (como começo, meio e fim)

Um segundo fenômeno explicativo do declínio da síntese, complementar à expansão institucional da História acadêmica sob a égide da história social, com sua abertura a novos sujeitos e temas e a ampliação dos estudos de recorte monográfico, foi a crítica demolidora desferida amplamente nos anos 1990 às denominadas *master narratives* pelo movimento intelectual então batizado de pós-modernismo (Megill, 1991).²⁵ Como eu venho argumentando há anos, o impacto do pós-modernismo na teoria da historiografia (embora não na prática historiográfica!) foi grande, principalmente no longo prazo.

Nas premissas sintetizadas no livro canônico de Jean-François Lyotard publicado originalmente em 1979, *A condição pós-moderna*, o pós-modernismo basicamente sustenta a proposição de que, a partir da Segunda Guerra Mundial, a sociedade Ocidental saiu de uma era moderna (analógica, industrial, nacional) para uma “pós-moderna” (pós-industrial e global – a que, se escrito hoje, o autor agregaria certamente o adjetivo “digital”). Essa condição pós-moderna se caracterizaria, filosoficamente, pelo repúdio à herança da Ilustração, particularmente da crença na Razão e no Progresso, e por uma insuperável incredulidade nas grandes narrativas, porque essas imporiam uma direção e um sentido à História, em particular a noção de que a história humana é um processo de emancipação universal.²⁶ Não vou retomar aqui críticas que elaborei há duas décadas. O que importa é o tipo de ataque que essa literatura dirigiu particularmente à síntese histórica. Por suposto ela não é unívoca, varia imenso.

Um caso ideal-típico de ataque às sínteses foi formulada pelo historiador Robert Berkhofer Jr. Em seu alardeado livro de 1995, *Beyond the Great Story: History as Text and Discourse*, Berkhofer Jr. lida com essas questões, instando os historiadores a reconhecerem a linguagem como único e último elemento criador da narrativa histórica (Berkhofer Jr., 1995).²⁷ Em outro livro, intitulado *Fashioning*

de toda humanidade”. Megill (1995) diferencia “grande narrativa” (*grand*) de “narrativa principal” (*master*), esta a estória de um segmento ou nação.

25 Um exame mais amplo e cuidadoso em Ross (1995, pp. 651-677)

26 Os axiomas das impugnações pós-modernas foram lançados, primeiramente, em Lyotard (2011); e sistematizadas para o campo da história em Ankersmit & Kellner (1995). Discuti essas questões em Malerba (2011, pp. 115-148).

27 As premissas haviam sido lançadas já por Hans Kellner, hipostasiando as teses de

History. Current Practices and Principles (2008), Berkhofer Jr. tem um capítulo específico sobre/contra a síntese, “Historical Synthesis: From Statements to Histories”, em que ele reitera sua crença nos fundamentos epistemológicos pós-modernos. Para ele, a síntese, como constructo linguístico, ou artefacto literário, é um modo de organização da linguagem que, como tal, não guardaria qualquer conexão referencial com uma realidade ou substrato externos a ela mesma. Sobre as sínteses, em particular, argumenta que

Histórias narrativas e não narrativas [sic] adotam explicitamente ou, mais frequentemente, implicitamente uma ou mais histórias maiores como uma forma de contextualizar seus dados, oferecendo uma interpretação e fornecendo perspectiva e significado. [Elas são denominadas] Denominadas variadamente dentro da profissão de narrativa grande (*grand*), mestra (*master*), dominante ou governante, se são explícitas; e metanarrativas e metaestórias, se mais implícitas. Todas oferecem um “contexto”, necessário para organizar o assunto e a forma das sínteses históricas individuais. O avanço da liberdade e da democracia [ocidentais], a luta das massas contra as elites [a luta de classes] e a iminência do apocalipse ecológico são apenas algumas entre muitas narrativas mestras enquadrantes [*contextualizing master narratives*]. Sua verdade mais ampla não depende tanto de evidências [empíricas] quanto da perspectiva e dos valores compartilhados pelos historiadores com seu público (Berkhofer, Jr., 2008, p. 52).

VIII.

Chegamos ao momento de articular síntese e público de história. Enunciei na primeira seção que a síntese histórica atende a alguns postulados da “história pública”. Não será o caso de verticalizar nesse conceito, em si tão amplo, mas apenas lembrar que, entre outras coisas, ele propõe uma chamada aos profissionais de história a transpassar nossos lugares institucionais de ação, a escola e a academia, o ensino e a pesquisa, para intervir no debate público por todos os meios, sejam

Hayden White. Cf. Kellner (1989). O livro de Berkhofer Jr. gerou amplo debate. A revista *American Quarterly* promoveu um fórum sobre no número 50, de junho de 1998. Cf. Coleman (1998, pp. 340-348); Cornell (1998, pp. 349-357); Erkkila (1998, pp. 358-364); e a réplica de Berkhofer, Jr. (1998, pp. 365-375). Sem dúvida, a crítica mais devastadora ao livro de Berkhofer é a resenha de Thomas Haskell (1998), para quem Berkhofer faz uma leitura manipuladora e rasteira de Louis Mink, identificando *Great Story* (ou síntese narrativa) com *Universal History* – uma violência ao pensamento de Mink (Haskell, 1998, p. 364).

eles museus, arquivos, arte pop, produção audiovisual, produção de conteúdo na internet, divulgação histórica, intervenção no tecido urbano, no posicionamento nos debates da esfera pública a partir de nossa expertise, e por aí fora.²⁸ Entre esses meios, ainda, dou destaque para a escrita de história dirigida a grandes audiências, que é a mais antiga e ainda central prática da História Pública.²⁹

Não preciso também aprofundar na questão de como temos patinado nesses debates públicos em torno de negacionismos, distorções, manipulações do passado para fins políticos por grupos ideológicos cada vez mais profissionalizados – e a dificuldade que nós temos enfrentado para contrapor às narrativas negacionistas, ou que distorcem e manipulam o passado, narrativas ao mesmo tempo sustentadas, fundamentadas e de fácil circulação e assimilação.

Para além do aspeto de ferramenta indispensável na artesanaria da escrita de textos históricos,³⁰ que sempre exigem operações sintéticas de alguma sorte, resta dizer que a síntese, como forma de apresentação,³¹ como um subgênero da historiografia, apresenta elementos de atração de público que o estudo acadêmico, monográfico, nunca vai alcançar – nem pretende, posto serem outros

28 Um conjunto expressivo de modos bem-sucedidos de intervenção prática de história pública estão compilados e relatados em Schmidt & Malerba (2021).

29 No Brasil, quem melhor avançou na reflexão sobre a eficácia das sínteses históricas como explicação do sucesso de mercado foi Rodrigo Perez Oliveira (2020). No artigo “Por que vendem tanto? O consumo de historiografia comercial no Brasil em tempos de crise (2013-2019)” ele sustenta a hipótese de que o sucesso dos *best sellers* de história no Brasil jaz na capacidade de seus autores em “mobilizar enunciados de síntese explicativa capazes de proporcionar sensação de orientação histórica” (2020, p. 64) e em “oferecer ao público narrativas de orientação histórica, o que se dá pela mobilização de enunciados de síntese” (p. 66). O único reparo ao brilhante artigo de Perez Oliveira é o de que um dos “casos” que ele analisa, Leandro Narloch, não produziu ainda algum tipo de síntese. Como referi em outro trabalho (Malerba, 2014), a escrita de Narloch obedece a uma ordem pré-narrativa, alegórica, de discurso Também Paiani, 2017.

30 Lembremos Paul Veyne, para quem a história é uma síntese narrativa de eventos, os quais o historiador não faz jamais reviver: o vivido não é o dos atores, mas uma narração. A história não é uma síntese explicativa, mas uma síntese narrativa – que faz com que “um século caiba numa página” (Veyne, 1982, p. 32).

31 Guia-me a “matriz disciplinar” de Rüsen (2001), definida como “conjunto sistemático dos fatores ou princípios do pensamento histórico determinantes da ciência da história como disciplina especializada” (pp. 33-34), dentro do qual as formas de apresentação, a história escrita, devem ser elas mesmas entendidas como e a elas se atribuir uma função tão fundamental quanto a que se atribui aos outros fatores ou princípios do fazer histórico, a saber, os interesses, as ideias e os métodos.

seus fins. O texto acadêmico, o estudo monográfico, exige do autor se haver com toda uma fortuna crítica de seu objeto de investigação, toda uma historiografia; exige ainda explicitar cada passo dado na pesquisa e na construção do próprio texto; exige amparar toda e qualquer afirmação em referências bibliográficas e/ou documentais. Mais que tudo isso, o texto acadêmico opera dentro da racionalidade científica, formulando hipóteses, levantando problemas, perspectivando-os teoricamente, propondo meios/métodos para sua solução.³² Podemos dizer que a nós, historiadores e historiadoras acadêmicos, interessam mais os problemas bem formulados, do que as respostas a eles, sempre provisórias e lacunares. Questões bem formuladas são as que demoram a ser respondidas e que geram muitas respostas – geram debate, fazem avançar o conhecimento. Por um fundamento próprio do conhecimento histórico, as respostas são sempre parciais e transitórias.

O leitor comum, por sua vez, tem interesses muito distintos do público acadêmico. Ele busca ao mesmo tempo um texto ágil, bem escrito, que gere fruição, prazer, que seja agradável, envolvente e que, basicamente, apresente respostas prontas, soluções facilmente acessíveis para os problemas que o levaram àquela leitura.³³ Ou que levante boas questões e apresente melhores soluções a elas. E isso é justamente o que a síntese histórica pode oferecer. Quando bem realizada, ela tende a deixar o menor número de pontas soltas, de problemas sem explicação.

Os recursos de escrita exigidos pela racionalidade acadêmica afugentam o leitor comum. Os anos correntes são muito diferentes dos anos 1980, quando um Makonnen poderia sustentar que devemos fomentar a pesquisa especializada sem qualquer consideração com o leitor, pois deveríamos escrever para pares, cada vez mais especializados. A própria profissionalização mudou radicalmente,

32 Sobre os esteios da racionalidade científica, tão necessário nesses tempos de devaneios culturalistas, cf. Alston (1989); Audi (1989); Feldman (2003); Neta (2014).

33 Aquilo a que Rüsen definiu como o primeiro fator de sua matriz disciplinar: “Trata-se do interesse que os homens têm - de modo a poder viver - de orientar-se no fluxo do tempo, de assenhorar-se do passado, pelo conhecimento, no presente [...] O primeiro fator da matriz disciplinar da ciência da história é formado, por conseguinte, pelas carências fundamentais de orientação da prática humana da vida no tempo, que reclamam o pensamento histórico; carências de orientação que se articulam na forma de interesse cognitivo pelo pasado” (Rüsen, 2011, p. 30).

por razões inerentes ao mundo do trabalho, à tecnologia, em especial o ambiente digital. O mundo histórico como um todo se transformou – pensemos no renascimento de movimentos de extrema direita mundo afora, que dispõe de recurso técnicos e financeiros para propagar ideias e ações fascistas. A vida política está a exigir de nós que coloquemos nossas competências e habilidades profissionais em prol de uma intervenção efetiva na esfera pública. De modo que a conexão entre historiadores e público hoje se faz um imperativo. Dentre a quase infinidade de meios, a escrita continua sendo um instrumento poderoso de comunicação e a síntese histórica um dos gêneros mais eficazes nesse sentido.

IX.

Expõe-se acima um esboço muito simples e impressionista de como e porque as sínteses históricas caíram em descrédito mundo afora nas últimas décadas: por causa da emergência de novos sujeitos e temáticas, nos campos político e acadêmico, que, se de uma parte lograram ampliar as próprias fronteiras da história social, de outra levaram à contestação da síntese histórica em função da alegada impossibilidade de nela se poder contemplar tantos sujeitos e demandas. Isso por um lado. Por outro, a emergência do pós-modernismo nos anos 1980/90, sustentando que qualquer *master narrative* é condenável, posto que será sempre uma imposição de um grupo de poder; de que ela (a *master narrative*, logo, a síntese) será sempre, enfim, ilusória e falaciosa, quando não perniciosa.

Vimos contestando teoricamente essas postulações ao longo das seções anteriores. Procurei argumentar aqui que a síntese é um modo de compreensão da realidade,³⁴ um procedimento cognitivo por meio da narrativa, que não apenas está sempre presente em qualquer assertiva ou formato histórico, mas que é mesmo uma ferramenta imprescindível e que a praticamos o tempo todo – mesmo aqueles que a renegam. Um debate consequente sobre o tema deveria partir de outras questões: qual o papel que as operações

34 Quem primeiro e melhor trabalhou essa ideia foi justamente Louis Mink (1970), reproduzido em Mink (1987).


sinécticas desempenham dentro do conhecimento histórico?³⁵ Com que estratégias de síntese narrativa contam os historiadores? Como historiadores bem treinados podem usar da síntese como gênero narrativo para amplificar seu poder de comunicação? Que técnicas podem ser usadas nesse formato de escrita?³⁶ O ponto é que sem o recurso da síntese não se escreve história – qualquer história.³⁷

Sustento que a síntese ainda possa desempenhar um papel fundamental dentro da academia, como já o fez, para a formação (a *Building* humboldtiana) de profissionais de história, como os da minha geração. Mas, para além da *Education*, e do fato de que usamos da síntese como ferramenta na escrita da história o tempo todo (inclusive em artigos científicos e textos monográficos), o ponto central aqui é que sínteses históricas, como subgênero historiográfico, muitas vezes teoricamente pueris e ideologicamente perversas, continuam sendo feitas e fartamente consumidas, à revelia dos historiadores de ofício. Feitas por não especialistas, para fins exclusivamente pecuniários ou político-ideológicos; e, não obstante, essas obras de síntese vêm constituindo uma cultura histórica questionável (Rüsen, 2011, pp. 53-82), mal elaborada, cheia de vícios de produção, de interpretação e mesmo de erros factuais. Não obstante, largamente consumidas pelo grande público.

35 Lembremos que a produção de uma síntese narrativa por meio do grupamento de fatos é uma das duas operações fundamentais da produção do conhecimento histórico, as analíticas (críticas) e as sinécticas, desde pelo menos o clássico manual de Langlois e Seignobos (1946).

36 Em 2020 publiquei uma síntese, um livro chamado *Brasil em projetos*, sobre política e administração portuguesa desde Pombal até a independência. Num evento por ocasião do bicentenário da independência do Brasil, detalhei aspectos técnicos do processo de escrita desse livro. Cf. Malerba (2020; 2022, pp. 95-118).

37 A reflexão teórica em história desde sempre foi praticada maioritariamente por profissionais alheios ao ofício de historiador – o que guarda aspectos positivos e negativos. Entre os positivos, filósofos, epistemólogos e críticos literários frequentemente iluminam pontos cegos, que os historiadores têm dificuldade de enxergar de dentro da oficina. Entre os negativos, destaca-se a impropriedade ou a fragilidade de determinadas sentenças sobre o que é, o que não é e o que deveria e o que não poderia ser feito pelos e pelas profissionais de história – como é o caso do veto à síntese histórica. Os argumentos ganhariam em credibilidade e coerência se quem os sustenta tivesse alguma vez tentado escrever uma obra de síntese. Ou fosse ao menos um leitor de sínteses históricas. Mas, de fato, fazer sentido do passado com base em pesquisa é muito difícil, exige muito trabalho e humildade. Desconstruir é não só mais fácil, como também rende mais popularidade na carreira acadêmica.

Não se trata mais de se discutir a factibilidade ou não da escrita de sínteses históricas. A construção de sínteses históricas é possível, legítima e viável, desde que partamos do entendimento da consciência de que o ‘princípio’ aglutinador ou a “razão” organizadora são instrumentos teóricos oferecidos pelo autor como chave de interpretação, ou seja, como operação intelectual de atribuição de sentido histórico ao passado. Bastará argumentar que nós precisamos da síntese (não apenas como operação cognitiva, presente em qualquer operação historiográfica, mas enquanto forma de apresentação!) apenas porque elas sempre foram e continuam sendo escritas, independentemente do *background* de seus autores. Enfim, se fosse para concluir alguma coisa, eu diria que sínteses constituem um gênero historiográfico válido, legítimo e factível. E que, dadas as circunstâncias contemporâneas de disputas narrativas da história, por todas as razões que procurei argumentar, creio que os historiadores profissionais, sobretudo os de maior quilometragem, devemos explorar esse formato 

Referências

- Abreu, C. (1976). Sobre o Visconde de Porto Seguro. Em *Ensaios e estudos* (1.ª série). Civilização brasileira.
- Aguirre Rojas, C. A. (1998). Los efectos de 1968 sobre la historiografía occidental. *La Vasija*, (2), 13-28. <https://goo.su/UgTMKN0>.
- Aguirre Rojas, C. A. (2011). *Micro-história italiana. Modos de uso*. EDUEL.
- Alston, W. (1989). *Epistemic Justification. Essays in the Theory of Knowledge*. Cornell University Press.
- Anderson, P. (1976). *Linhagens do Estado Absolutista*. Afrontamento.
- Ankersmit, F., & Kellner, H. (Eds.). (1995). *A New Philosophy of History*. Reaktion Books.
- Assis, A. A. (2015). Schemes of Historical Method in the Late 19th Century: Cross-References between Langlois and Seignobos, Bernheim, and Droysen. Em L. E. de Oliveira Fernandes, L. R. Pereira & S. da Mata (Eds.), *Contributions to Theory and Comparative History of Historiography: German and Brazilian Perspective* (pp. 105-126). Peter Lang.

- Assis, A. A. (2022). Droysen, *Outline of the Theory of History*. Em *Bloomsbury History Theory and Method*. <https://doi.org/10.5040/9781350927933.128>.
- Audi, R. (1989). *Epistemology. A Contemporary Introduction to the Theory of Knowledge*. Routledge.
- Azevedo, F. de. (1958). *A cultura Brasileira. Introdução ao estudo da cultura no Brasil* (3.^a ed., 3 t.). Melhoramentos.
- Bailyn, B. (1982, fevereiro). The Challenge of Modern Historiography. *American Historical Review*, 87(1), 1-24. Disponível em: <https://goo.su/j3uh3M7>.
- Barman, R. J. (1989). *Brazil. The Forging of a Nation. 1798-1852*. Stanford University Press.
- Beale, H. (Ed.). (1951). *Charles Bear: An Appraisal*. University of Kentucky Press.
- Beard, C. A. (2013 [1935]). Aquele sonho nobre. Em J. Malerba (Org.), *Lições de História. Da história científica à crítica da Razão metódica no limiar do século xx*. Editora FGV & EdUPUCRS.
- Beard, C. A., & Beard, M. R. (1921). *History of the United States* (2 v.). MacMillan.
- Beard, C. A., & Beard, M. R. (1927). *The Rise of American Civilization* (2 v.). MacMillan.
- Beiguelman, P. (1976). *Formação Política do Brasil* (2.^a ed.). Pioneira.
- Bender, T. (1986). Wholes and Parts: The Need for Synthesis in American History. *Journal of American History*, 73(1), 120-136. <https://doi.org/10.2307/1903608>.
- Bender, T. (1987). Wholes and Parts: Continuing the Conversation. *Journal of American History*, 74(1), 123-130. <https://doi.org/10.2307/1908511>.
- Bender, T. (2002). Strategies of Narrative Synthesis in American History. *The American Historical Review*, 107(1), 129-153. <https://doi.org/10.1086/ahr/107.1.129>.
- Berkhofer, Jr., R. F. (1995). *Beyond the Great Story. History as Text and Discourse*. Harvard University Press.

- Berkhofer, Jr., R. F. (1998). Self-Reflections on Beyond the Great Story: The Ambivalent Author as Ironic Interlocutor. *American Quarterly*, 50(2), 365-375. <https://doi.org/10.1353/aq.1998.0008>.
- Berkhofer, Jr., R. F. (2008). Historical Synthesis: From Statements to Histories. Em *Fashioning History Current Practices and Principles* (pp. 49-92). Palgrave Macmillan.
- Berr, H. (1911). *La synthèse en histoire : essai critique et théorique*. Alcan.
- Biard, A., Bourel, D., & Brian, E. (Eds.). (1997). *Henri Berr et la culture du XXe siècle*. Albin Michel.
- Bloch, Marc. (1979). *A sociedade Feudal*. Estampa.
- Bonsanto, A. (2021). Narrativas “historiográfico-midiáticas” na era da pós-verdade: Brasil Paralelo e o revisionismo histórico para além das fake news. *Liinc Em Revista*, 17(1), e5631. <https://doi.org/10.18617/liinc.v17i1.5631>.
- Boucher, D. (1997). The significance of R. G. Collingwood's *Principles of History*. *Journal of History of Ideas*, 58(2), 309-330. <https://doi.org/10.2307/3653871>.
- Bouton, C. (2019). Hartog's Account of Historical Times and the Rise of Presentism. *History. The Journal of the Historical Association*, 104(360), 309-330. <https://doi.org/10.1111/1468-229X.12734>.
- Braudel, F. (1986). *A Identidade da França*. (Vol. 1 O Espaço e a História; Vol. 2 e Vol. 3 Os Homens e as Coisas). Globo.
- Braudel, F. (1995). *Civilização material, economia e capitalismo, séculos xv-xviii*. (3 v. I. As estruturas do cotidiano. II. Os jogos da troca. III. O tempo do mundo). Martins Fontes.
- Buckle, H. T. (1903). *History of Civilization in England* (4 v.). Longmann, Green & Co.
- Butler, L. (2012). From the History of Ideas to Ideas in History. *Modern Intellectual History*, 9(1), 157-169. <https://doi.org/10.1017/S1479244311000539>.
- Callinicos, A. (1995). *Theories and Narratives. Reflections on the Philosophy of History*. Polity Press.

- Cardoso, C. F. S., & Brignoli, H. P. (1983). *História econômica da América Latina*. Graal.
- Cezar, T. (2018). *Ser historiador no século XIX*. Autêntica.
- Chaunu, P. (1985). *A civilização da Europa das luzes*. Estampa.
- Coleman, M. C. (1998). Gut Reactions of a Historian to a Missionary Tract. *American Quarterly*, 50(2), 340-348. <https://www.jstor.org/stable/30041617>.
- Colley, L. (1992). *Britons. Forging the Nation, 1707-1837*. Yale University Press.
- Cornell, S. (1998). Moving Beyond the Great Story: Post Modern Possibilities, Postmodern Problems. *American Quarterly*, 50(2), 349-357. <https://doi.org/10.1353/aq.1998.0018>.
- Detoni, P. (2015). Clio nos horizontes da síntese: Os modernos e os velhos historiadores de Oliveira Vianna. Questões sobre epistemologia do conhecimento histórico na Primeira República. Em H. M. Mollo & R. Machado da Silva (Orgs.), *Abordagens e representações narrativas: problemas para a história da historiografia* (pp. 185-207). UFOP. [Versión digital: <https://goo.su/Nqik5G>].
- Dick, L. (2018, outubro 28). Fragmentation and Synthesis from the Standpoint of Critical History. [Comentário No Blog]. *Active History*. <https://goo.su/U2iAk8h>.
- Dobb, M. (1976). *A evolução do Capitalismo*. Zahar.
- Donini, A. (1980). *História do Cristianismo: das origens a Justiniano*. Edições 70.
- Dosse, F. (1994). *A história em migalhas. Dos Annales à Nova História*. Unicamp.
- Drake, R. (2014). Charles Beard & the English Historians. *Constitutional Commentary*, 29(3), 313-322. <https://scholarship.law.umn.edu/concomm/902>.
- Erkkila, B. (1998). Critical History. *American Quarterly*, 50(2), 358-364. <https://www.jstor.org/stable/30041619>.
- Faoro, R. (1987). *Os donos do poder. Formação do Patronato político brasileiro* (7.^a ed., 2 v.). Globo.

- Feldman, R. (2003). *Epistemology*. Pearson Prentice-Hall.
- Fico, C., Wasserman, C., & Magalhães, M. de S. (2018). Expansão e avaliação da área de História - 2010/2016. *História da Historiografia*, 11(28), 267-302. <https://doi.org/10.15848/hh.v11i28.1393>.
- Fling, F. M. (1903). Historical Synthesis. *The American Historical Review*, 9(1), 1-22. <https://doi.org/10.2307/1834216>.
- Foner, E. (1981, dezembro 18). History in Crisis. *Commonweal*, 723-726.
- Fox, R. W. (1987). Public Culture and the Problem of Synthesis. *Journal of American History*, 74(1), 113-116. <https://doi.org/10.2307/1908509>.
- Furtado, C. (1986). *Formação econômica do Brasil* (21.ª ed.). Nacional.
- Grafton, A. (2006). The History of Ideas: Precept and Practice, 1950–2000 and Beyond. *Journal of the History of Ideas*, 67(1), 1-32. <https://www.jstor.org/stable/3840397>.
- Grumley, J. E. (2016). *History and Totality. Radical Historicism from Hegel to Foucault*. Routledge.
- Gutman, H. (1981, novembro 21). The missing synthesis. Whatever happened to History? *The Nation*, 552-554.
- Halperin-Donghi, T. (2008a). *História da América Latina*. Paz & Terra.
- Halperin-Donghi, T. (2008b). *Historia contemporânea de América Latina* (13.ª ed.). Alianza.
- Haskell, T. L. (1998). Farewell to Fallibilism: Robert Berkhofer's Beyond the Great Story and the Allure of the Postmodern. *History and Theory*, 37(3), 347-369. <https://www.jstor.org/stable/2505490>.
- Hobsbawm, E. (2010). *A era do Capital 1848-1875* (15.ª ed.). Paz e Terra.
- Hobsbawm, E. (2011a). *A era das revoluções. Europa 1789-1848* (25.ª ed.). Paz e Terra.
- Hobsbawm, E. (2011b). *A era dos impérios 1875-1914* (13.ª ed.). Paz e Terra.
- Hobsbawm, E. (2014). *Era dos Extremos: o breve século xx: 1914-1991* (2.ª ed.). Companhia das Letras.
- Holanda, S. B. de. (1985). *Do Império à República* (4.ª ed.). (*História Geral da Civilização Brasileira*, t. II, v. 2). Difel.

- Humboldt, W. von. (2010). Apresentação – Pedro Caldas; Sobre a tarefa do historiador. Em E. de Rezende Martins (Org.), *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX* (pp. 71-99). Contexto.
- Iggers, G. G. (1962). The Image of Ranke in American and German Historical Thought. *History and Theory*, 2(1), 17-40. <https://doi.org/10.2307/2504333>.
- Iggers, G. G. (2005). *Historiography in the Twentieth Century. From Scientific Objectivity to the Postmodern Challenge*. Wesleyan University Press.
- Iggers, G. G., Wang, Q. E., & Mukherjee, S. (2008). New Challenges in the Postwar Period: From Social History to Postmodernism and Postcolonialism. Em *A Global History of Modern Historiography* (pp. 23-42). Pearson-Longman.
- Iglésias, F. (2000). *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Nova Fronteira & UFMG.
- Kaye, H. J. (1979). Totality: Its Application to Historical and Social Analysis by Wallerstein and Genovese. *Historical Reflections / Réflexions Historiques*, 6(2), 405-419. <https://www.jstor.org/stable/41298729>.
- Kellner, H. (1989). *Language and Historical Representation. Getting the Story Crooked*. University of Wisconsin Press.
- Klem, B. S., Pereira, M., & Araújo, V. (Orgs.). (2020). *Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro*. Milfontes.
- Langlois, C. V., & Seignobos, C. (1946). *Introdução aos estudos históricos*. Renascença.
- Lorenz, C. (2019). Out of Time? Some Critical Reflections on Francois Hartog's Presentism. Em M. Tamm & L. Olivier (Eds.), *Rethinking Historical Time. New Approaches to Presentism* (pp. 23-42). Bloomsbury.
- Loriga, S. (2012). O eu do historiador. *História da historiografia*, 5(10), 247-259. <https://goo.su/BFcoMOJ>.
- Lyotard, J.-F. (2011). *A condição pós-Moderna*. José Olympio.
- Macksey, R. (2002). The History of Ideas at 80. *MLN*, 117(5), 1083-1097. <https://www.jstor.org/stable/3251680>.

- Malerba, J. (2006). Nuevas perspectivas y problemas. Em E. de R. Martins y H. Pérez Brignoli (Orgs.), *Teoría y metodología en la historia de América Latina* (v. 9, pp. 63-90). Trotta.
- Malerba, J. (2008). Estrutura, Estruturalismo e História Estrutural. *Diálogos*, 12(1), 19-55. <https://goo.su/o8lW>.
- Malerba, J. (2009). *A história na América Latina: ensaio de crítica historiográfica*. FGV.
- Malerba, J. (2011). Narrativa : história e discurso. Em *Ensaio. Teoria, história e ciências sociais* (pp. 115-148). Eduel.
- Malerba, J. (2014). Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História? uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. *História da Historiografia*, 7(15), 27-50. <https://doi.org/10.15848/hh.v0i15.692>.
- Malerba, J. (2020). *Brasil em projetos: história do sucessos políticos e planos de melhoria do reino. (Uma Nova História do Brasil, 1)*. FGV.
- Malerba, J. (2022). A Independência, em Síntese. Sobre um Exercício de Escrita Histórica. Em T. A. Cravo & W. Peres Costa (Orgs.), *Independência. Memória e Historiografia* (pp. 95-118). Sesc.
- Malerba, J. (Org.). (2013). *Lições de História. Da história científica à crítica da Razão metódica no limiar do século xx*. Editora FGV & EdiPUCRS.
- McCullagh, C. B. (1987). The Truth of Historical Narratives. *History and Theory*, 26(4), 30-46. <https://doi.org/10.2307/2505043>.
- Megill, A. (1991). Fragmentation and the Future of Historiography. *The American Historical Review*, 96(3), 693-698. <https://doi.org/10.2307/2162425>.
- Megill, A. (1995). 'Grand Narrative' and the Discipline of History. Em F. Ankersmit & H. Kellner (Eds), *A New Philosophy of History* (pp. 151-173). Chicago University Press.
- Megill, A. (2007). Coherence and Incoherence in Historical Studies: From the Annales School to the New Cultural History. Em *Historical Knowledge, Historical Error. A Contemporary Guide to Practice* (pp. 188-208). University of Chicago Press.

- Mink, L. O. (1970). History and Fiction as Modes of Comprehension. *New Literary History*, 1(3), 541-558. <https://doi.org/10.2307/468271>.
- Mink, L. O. (1987). *Historical Understanding*. Cornell University Press.
- Monkkonen, E. H. (1986). The Dangers of Synthesis. *American Historical Review*, 91(5), 1146-1157. <https://doi.org/10.2307/1864380>.
- Neta, R. (2014). *Current Controversies in Epistemology*. Routledge.
- Nicolazzi, F. (2016). Raízes do Brasil e o ensaio histórico brasileiro: da história filosófica à síntese sociológica, 1836-1936. *Revista Brasileira de História*, 36(73), 89-110. <https://doi.org/10.1590/1806-93472016v36n73-006>.
- Odália, N. (1997). Varnhagen e a historiografia brasileira. Em *As formas do mesmo* (pp. 11-115). Fundação Editora da Unesp.
- Painter, N. I. (1987). Bias and Synthesis in History. *Journal of the History of Ideas*, 74(1), 109-112. <https://doi.org/10.2307/1908508>.
- Pereira, M. H. P. (2011). Fim do tempo das sínteses? Questões a partir da perspectiva de Mircea Eliade em *História das Crenças e das Idéias Religiosas* (1976-1983): um “estudo de caso” como motivo à reflexão teórica e metodológica. *Fênix*, 8(2), 1-18. <https://goo.su/IMyB>.
- Perez Oliveira, R. (2020). Por que vendem tanto? O consumo de historiografia comercial no Brasil em tempos de crise (2013-2019). *Revista Transversos*, (18), 64-85. <https://doi.org/10.12957/transversos.2020.49519>.
- Pierson, R. R. (1991). Experience, Difference, Dominance and Voice in the Writing of Canadian Women's History. Em K. Offen, R. R. Pierson & J. Rendall (Eds.), *Writing Women's History. International Perspectives*. Indiana University Press.
- Prado Jr., C. (1983). *Formação do Brasil contemporâneo* (18.^a ed.). Brasiliense.
- Randall, J. H. (1963). Arthur O. Lovejoy and the History of Ideas. *Philosophy and Phenomenological Research*, 23(4), 475-479. <https://doi.org/10.2307/2104513>.
- Ranke, L. von. (2010). Sobre o caráter da ciência histórica. Em J. Malerba (Org.), *Lições de História. O caminho da ciência no longo século XIX* (pp. 141-153). Editora FGV & EdPUCRS. [Versão digital: <https://goo.su/MgD25>].

- Reill, P. H. (1994). Science and the Construction of the Cultural Sciences in Late Enlightenment Germany: The Case of Wilhelm Von Humboldt. *History and Theory*, 33(3), 345-366. <https://doi.org/10.2307/2505478>.
- Reis, J. C. (1999). Anos 1850: Varnhagen; o elogio da colonização portuguesa. Em *As identidades do Brasil* (2.^a ed., pp. 23-50). Editora da FGV.
- Ribeiro, D. (1995). *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil* (2.^a ed.). Companhia das Letras.
- Rocha, J. C. de C. (2021). *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Editora e Livraria Caminho.
- Rodrigues, J. H. (1982). Varnhagen: o primeiro mestre da historiografia brasileira. Em *História combatente* (pp. 191-225). Nova Fronteira.
- Rosenzweig, R. (1987). What Is the Matter with History? *Journal of American History*, 74(1), 117-122. <https://doi.org/10.2307/1908510>.
- Ross, D. (1995). Grand Narrative in American Historical Writing: From Romance to Uncertainty. *American Historical Review*, 100(3), 651-677. <https://doi.org/10.2307/2168599>.
- Rüsen, J. (2011). O que é a cultura histórica? Reflexões sobre uma nova maneira de abordar a história. Em M. A. Schmidt, I. Barca & E. de Rezende Martins (Orgs.), *Jörn Rüsen e o ensino de história* (pp. 53-82). UFPR.
- Rüsen, Jörn. (2001). *Razão Histórica. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica*. UnB.
- Sachsenmaier, D. (2007). World History as Ecumenical History? *Journal of World History*, 18(4), 465-489. <https://www.jstor.org/stable/20079449>.
- Schmidt, B., & Malerba, J. (2021). *Fazendo história pública. Milfontes*.
- Siegel, M. (1970). Henri Berr's *Revue de synthèse historique*. *History and Theory*, 9(3), 322-334. <https://doi.org/10.2307/2504411>.
- Simon, Z. B. (2016). We Have Never Been Presentist: On Regimes of Historicity. *Journal of the History of Ideas Blog*. <https://goo.su/cirRg>.
- Stoianovich, T. (1976). *French Historical Method: The Annales Paradigm*. Cornell University Press.

- Thelen, D. (1987). Introduction. *Journal of American History*, 74(3), 661-664. <https://doi.org/10.1093/jahist/74.3.661>.
- Varnhagen, F. A. de. (s. d./a). *História geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal* (3.^a ed.). Melhoramentos.
- Varnhagen, F. A. de. (s. d./b). *História da Independência do Brasil* (4.^a ed.) Melhoramentos.
- Veyne, P. (1982). *Como se escreve a História*. UnB.
- Wehling, A. (1999). Os “quadros de ferro”: o paradigma Varnhagen. Em *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional* (pp. 195-220). Nova Fronteira.